

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Estado e livre-iniciativa na experiência constitucional brasileira

Luís Roberto Barroso	9
1 Introdução	9
Parte I - Evolução da ordem econômica na experiência brasileira	10
2 Três disfunções históricas do Estado brasileiro	10
3 A tradição intervencionista do Estado na economia	11
4 Necessidade de superação do preconceito contra o empreendedorismo	13
Partell - Aspectos da ordem econômica na Constituição brasileira- Serviços públicos, atuação econômica do Estado e livre-iniciativa	14
5 Modalidades de intervenção do Estado no domínio econômico	14
5.1 Prestação de serviços públicos (CF, art. 175)	14
5.2 Exploração da atividade econômica pelo Estado (CF, art. 173)	15
6 Surgimento das agências reguladoras	16
7 A livre-iniciativa	16
7.1 Ponderações constitucionais à livre-iniciativa	18
8 Algumas linhas jurisprudenciais do STF	18
9 Conclusão	18

Autobiografias e heterobiografias - Liberdade de expressão, pluralismo e direito à informação

Gustavo Binenbojm	21
1 Introdução	21
2 O cotejo entre os artigos 20 e 21 do Código Civil e a Constituição de 1988	22
3 Da inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, dos artigos 20 e 21 do Código Civil	24
4 Conclusão	31

Dos instrumentos constitucionais de preservação de competência legislativa

Leonardo Vizeu Figueiredo ..	33
1 Introdução	33
2 Teoria dos Poderes Constituídos- Base teleológica	34
2.1 O pensamento de Aristóteles	35
2.2 O pensamento de Montesquieu	37
2.3 O pensamento de Constant	39
3 O sistema de freios e contrapesos	42
4 Do Poder Constituído Legislativo na Constituição da República, suas competências exclusivas e privativas	43
4.1 Poder Constituído Legislativo - Origens ..	44
4.2 Congresso Nacional	47
4.3 Câmara de Deputados	50
4.4 Senado Federal	55
4.5 Conclusões parciais	62
5 Dos instrumentos de preservação de competência legislativa	63
5.1 Decreto legislativo	64
5.2 Resolução	65
5.3 Da previsão constitucional de preservação de competência legislativa	65
6 Conclusão ..	70
Referências ..	71

Ativismo judicial - Evolução, relevância e limites

André Luís Vieira, Tiago Alves Barbosa Rodrigues ..	73
1 Introdução	74
2 Evolução do papel do Estado	74
3 Da autonomia do Poder Judiciário	76
4 Da judicialização das políticas públicas e o ativismo judicial	78
5 Da discricionariedade na atividade jurisdicional	81
6 Das ações coletivas ..	83
7 Da relevância e limites do ativismo judicial ..	92
8 Conclusão ..	93
Referências ..	95

O papel do direito internacional na tutela dos direitos humanos perante as nações em um mundo globalizado- Um paralelo entre Brasil e União Europeia

Camila Silva de Amorim	97
Introdução	97
1 Positivização dos direitos humanos	98

1.1 Definição de direitos humanos	98
1.2 Principais Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pela União Europeia e pelo Brasil	100
2 Direito Internacional e direitos humanos	101
2.1 O Direito Internacional e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos na Comunidade Europeia numa análise das Constituições nacionais	101
2.1.1 A proteção dada aos tratados que envolvem direitos humanos no âmbito europeu pelas Cortes Constitucionais e Supranacionais	106
2.2 Tratados Internacionais de Direitos Humanos e seu enquadramento no ordenamento jurídico brasileiro	108
2.2.1 Análise da jurisprudência acerca dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil	112
3 A mudança regulatória no Direito Internacional	115
3.1 Âmbito de discussão	115
3.2 Viragem regulatória	117
Considerações finais	119
Referências	120

Magistratura de influência - Uma alternativa ao contencioso administrativo tradicional

Kaline Ferreira Davi	123
Introdução	123
1 A magistratura de influência	124
2 O TAC como modelo brasileiro de magistratura de influência	125
3 Poder de recomendação- Fator preponderante da magistratura de influência	128
4 O consenso e o contencioso administrativo	129
5 Legitimação para exercer a magistratura de influência	132
Conclusão	134
Referências	134

A educação como direito universal

Erinaldo Ferreira do Carmo, Enivaldo Carvalho da Rocha	137
Introdução	137
O entendimento dos direitos universais ..	138
O direito fundamental à educação	140
A educação como direito subjetivo	141
A educação na ordem global	142
Direito à educação no Brasil	144
Considerações finais ..	146
Referências ..	147

O papel do advogado público no controle da atuação discricionária do administrador

Tiago Bockie de Almeida	149
1 Introdução	149
2 Origem e evolução histórica da discricionariedade administrativa	149
3 Definição da discricionariedade administrativa como <i>liberdade de escolha</i>	153
4 Poderes do administrador público - Uma releitura necessária	156
5 Discricionariedade administrativa numa perspectiva pós-moderna- Discricionariedade como adequação	159
5.1 Discricionariedade e interesse público	167
6 Conclusões	170

Notas sobre o princípio da moralidade - Uma abordagem apoiada no elemento alteridade

Marco Aurelio Greco	173
1 Introdução ..	173
2 Ainda os princípios ..	174
3 Moralidade no contexto da CF/88	175
4 Moralidade sem moralismo	176
5 Moralidade e circunstâncias	178
6 Legalidade da ação administrativa ..	181
7 Legalidade e responsabilidade	183
8 Moralidade e responsabilidade	184
9 Princípio da impessoalidade	185
10 Conclusão ..	187

Causas extintivas do processo licitatório

Edgar Guimarães ..	189
1 Extinção ordinária ..	190
1.1 Homologação e adjudicação	190
2 Extinção extraordinária ..	193
2.1 Revogação	194
2.2 Anulação	199

2.3 Fracasso	202
2.4 Deserção	206
Conclusões	208

PARECER

A Lei nº 12.830/2013 e fundamentos de sua constitucionalidade- Inteligência dos artigos 144, §4º, e 129 da Constituição Federal- Funções distintas do "parquet" e da polícia judiciária dirigida por delegados- Investigação criminal e a competência exclusiva dos delegados para dirigi-la	
Ives Gandra da Silva Martins	211

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

ADI - Leis do Distrito Federal que dispõem sobre carreiras e cargos públicos- Competência do STF para julgamento - Revogação superveniente de dispositivos impugnados- Existência de julgamento anterior sobre dispositivo legal impugnado - Provimento derivado de cargos por meio de ascensão e transposição- Inconstitucionalidade- Violação ao art. 37, 11, da CF- Súmula nº 685 do STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.341/DF	227
---	-----

Supremo Tribunal Federal

Conselho Nacional de Justiça- Decisão que determina ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará que promova o desligamento dos servidores admitidos irregularmente sem concurso público após a Constituição Federal de 1988- Aplicação direta do art. 37, <i>caput</i> e inciso 11, da CF- Decadência administrativa- Art. 54 da Lei nº 9.784/1999- Apreciação conjunta, pelo CNJ, de pedidos de providências com objetos similares - Possibilidade - Apreciação das razões de defesa pelo CNJ e por comissão especialmente instituída no TJPA- Contraditório e ampla defesa assegurados. Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 29.270/ PA	237
--	-----

Superior Tribunal de Justiça

Servidor público federal- Greve- Desconto dos dias não trabalhados- Violação ao art. 535 do CPC Inocorrência- Controvérsia decidida pelo acórdão regional sob fundamentação eminentemente constitucional - Reexame em recurso especial - Impossibilidade- Legalidade- RequisitosReexame de matéria fática- Vedação. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 486.038- BA (2014/ 005401&6)	243
ÍNDICE	251

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	255
----------------------------------	-----